



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 (NOVE) DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2021
- DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Às 15:00 hs, conforme convocação do Presidente, Rodolpho Perissé, enviada por correio eletrônico no dia 02/12/2021, os conselheiros se reuniram, por videoconferência e tendo sido verificado quórum de nove (09) conselheiros - entre titulares e suplentes, conforme constam da folha de presença, na data e local acima indicado, foi iniciada a reunião às 15:15, aprovada a ata da reunião anterior e apresentada as pautas do dia: **1) Atualização sobre o projeto de implantação da rede de drenagem e da rede separativa de esgoto dos bairros do Capão, São José e Cem Braças; 2) Deliberação sobre a demarcação dos limites da UC Parque dos Corais; 3) Deliberar sobre elaboração de Estudo de Impacto Ambiental nos pontos de atracamento dos transatlânticos; 4) Deliberar sobre a judicialização das leis orçamentárias e da alteração de percentual do FMMA. 5) Apresentação dos relatórios da CT de Licenciamento sobre os Processos Administrativos nº 6779/2016 (Caravelas), nº 5152/2004 (Brava) e nº 6239/2021 (Enseada do Albatroz); 6) Assuntos Gerais.** O Presidente deu as boas vindas a todos e passou e explicou que devido a problemas técnicos a Câmara Técnica de Licenciamento não conseguiu preparar o relatório dos processos administrativos nº 6779/2016, nº 5152/2004 e nº 6239/202, previsto no **item 5)** desta pauta; pediu desculpa aos requerentes e assistência presente e remarcou uma reunião extraordinária para o dia 20 de dezembro para que os relatórios sejam apresentados, o que foi aprovado por todos. Passou então ao **item 1) Atualização sobre o projeto de implantação da rede de drenagem e da rede separativa de esgoto dos bairros do Capão, São José e Cem Braças** – O presidente explicou que, em março deste ano, o CMMA organizou uma Audiência Pública para debater soluções para o problema de esgotamento sanitário e drenagem dos bairros da Bacia de Tucuns. Que nesta Audiência foram definidas algumas medidas a serem tomadas ao longo do ano e, portanto, chegou o momento de avaliar o andamento dessas ações. Que por isso solicitou a presença do secretário de Obras, Saneamento e Drenagem que gentilmente aceitou atualizar o Conselho. Passou então a palavra para o senhor Miguel Pereira, que disse estar sempre disponível para esclarecimentos. Miguel explicou que o trabalho no bairro do Capão já está em andamento, com a antecipação dos investimentos da Prolagos - previstos para 2023 – para a instalação de 4.300 metros de rede separativa de esgoto; que também está em andamento a instalação da rede separativa em 07 ruas do bairro de Cem Braças, custeadas com as verbas vindas do Consórcio Lagos de São João através dos investimentos do FUNDRI. Que no bairro do Capão, está sendo implantado um loteamento – em frente a loja do Isaías, e que a Secretaria de Ambiente, Pesca e Urbanismo solicitou que esperasse a aprovação desse loteamento antes de implantar a rede separativa naquela localidade; que desta forma, a SEOD então lançou um plano B para evitar as inundações no Capão, aumentando o diâmetro das manilhas de drenagem para 80 cm, que tornaria o escoamento das águas para o valão de Cem Braças muito mais rápido. Rodolpho Perissé perguntou que se as obras já haviam começado. Miguel respondeu que sim e que a previsão é que sejam concluídas em 04 meses. Mônica Casarin perguntou se essas manilhas do plano B vão entrar em funcionamento antes da implantação da rede separativa e Miguel respondeu que sim. Denise Morand perguntou se seria possível os conselheiros terem acesso ao projeto com a planta - mapa – de onde está sendo implantada a rede separativa e Miguel respondeu que somente a Prolagos tem essa informação e que a Prefeitura apenas fiscaliza a obra. Denise Morand então sugeriu que a SEOD poderia fazer um banco de dados da rede separativa implantada no município para que o Executivo tenha condições de acompanhar e planejar melhor as ações de saneamento. Miguel Pereira disse que a secretaria está trabalhando para que os moradores se conectem nas redes separativas já existentes, como a da Lagoa de Geribá, onde a Prefeitura já emitiu 90 notificações aos moradores e, destes, 60 já se conectaram. Rodolpho Perissé agradeceu a presença do secretário Miguel Pereira e pediu que sua secretaria fizesse parte do CMMA no próximo biênio, devido a importância do saneamento para o meio ambiente. Sem mais inscritos passou para o **item) Deliberação sobre a demarcação dos limites da UC Parque dos Corais** – O presidente explicou



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

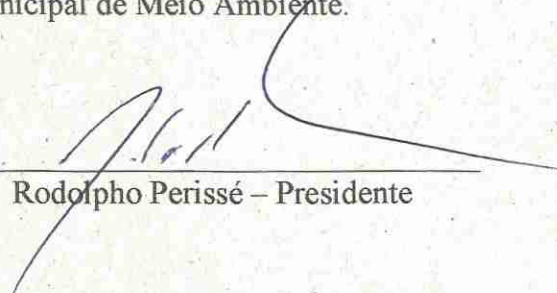
que os navios transatlânticos e outras embarcações que estão ancorando dentro da área do Parque dos Corais e a APA Marinha, provocando danos graves ao nosso ecossistema, que até hoje não têm sua delimitação física e nem está presente na carta náutica. Que sem essa demarcação os usuários não têm como saber onde se pode ou não ancorar. O secretário de Ambiente, Pesca e Urbanismo, Evanildo Nascimento, disse que já existe uma rubrica para projeto de demarcação e se poderia estender para setor marítimo também. Que essa atividade está prevista no Plano Anual de Ações, que foi aprovado pelo CMMA, e pode ser feito com verbas do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Que a secretaria vem estudando uma solução para que os transatlânticos, com calados profundos, deixem de ancorar próximo a praia, que instalação de ancoragem flutuante seria uma solução porém é bem cara. Que para se fazer a demarcação, com boias, de forma mais rápida seria necessário a contratação de uma empresa privada, pois a secretaria não tem servidores suficientes para fazer esse trabalho em curto prazo. Denise Moran pediu para não esquecer de incluir as Unidades de Conservação marinhas na Carta Náutica e que isso deve ser feito com urgência. Thomas Weber questionou que essa questão da demarcação não seria resolvida com a implantação do Plano de Gerenciamento Costeiro que, cuja contratação foi aprovada pelo CMMA em março deste ano. Evanildo respondeu que esse projeto irá demorar mais um pouco pois os técnicos da secretaria entenderam que seria necessário fazer algumas alterações no Termo de Referência, já que este não incluiria alguns estudos que eles consideram importantes, como capacidade de carga etc. Que estão em conversa com a prefeitura de Rio das Ostras que está implantando o seu Plano de Gerenciamento Costeiro que seria mais completo que o de Búzios. Rodolpho Perissé disse que o PGC irá demorar muito para ser concluído e que se precisa de uma medida emergencial. Mônica Casarin pediu disse que não vê problema em se melhorar o termo de referência para o PGC e que, quanto a instalação da ancoragem flutuante dos transatlânticos que elas devem ser custeadas pelas empresas que operam os navios e não pelo município. Bernardo Corty, da Seapur, pediu a palavra para dizer que já fizeram um levantamento preliminar do material necessário, que seria cerca de 5 mil metros lineares de cabos com boias, e que iriam fazer a cotação de custos do material, instalação e manutenção das boias de demarcação das UCs marinhas para então abrir o processo administrativo; e que no verão a fiscalização será intensificada, principalmente nos núcleos do Parque dos Corais e na APA Marinha. Evanildo disse que pensa ser muito difícil fazer esta demarcação ainda no verão. Denise sugeriu que se faça algo provisório para o Verão. Mônica Casarin sugeriu que se faça um planejamento para o verão e que ele seja remetido ao CMMA o Plano Verão, para conhecimento dos conselheiros. Disse que, para usar recursos do FMMA a tramitação está sendo muito lenta e que não daria para fazer ainda este ano e então sugeriu que essa demarcação fosse feito com as verbas das Medidas Compensatórias Ambientais, desde que o projeto fosse apresentado ao CMMA. A sugestão foi aprovada por unanimidade. Sem mais inscritos, passou-se para o item **3) Deliberar sobre elaboração de Estudo de Impacto Ambiental nos pontos de atracamento dos transatlânticos** – O presidente pontuou que o assunto já foi debatido e solucionado no item anterior e propôs passar para o item seguinte, aprovado por todos. **4) Deliberar sobre a judicialização das leis orçamentárias e da alteração de percentual do FMMA** – O presidente passou a palavra a conselheira Mônica Casarin que informou aos presentes que as leis orçamentárias municipais; sendo o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual; serão aprovadas pelo Legislativo sem o devido debate com o Conselho e com as ilegalidades já apontadas em reuniões anteriores. E que a diminuição do repasse de royalties para o FMMA, de 5% para apenas 2%, já foi aprovada na primeira votação, apesar da reunião que tivemos com os vereadores para demonstrar o que isto implicaria, e será aprovada também em segundo turno. E que essas duas ações demonstram uma verdadeira falta de diálogo entre o executivo e o conselho, não vendo outra alternativa ao CMMA a não ser judicializar essas questões. Evanildo pediu a palavra para dizer que o FMMA ainda tem 30% do ICMS verde e que poderá ter futuramente alguma parte na Taxa de Preservação Ambiental. Mônica lembrou que isso não resolve e que como não temos acesso aos extratos de depósito dos repasses do FMMA, não sabemos de as 72 parcelas da dívida, previstas no Termo de Ajustamento de Conduta estão sendo cumpridas. Lembrou ainda que o

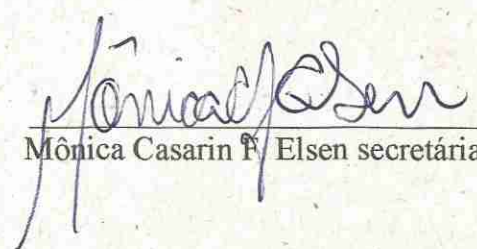


PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CMMA recebeu apenas 02 atas das reuniões da Comissão Gestora do Fundo Municipal de Meio Ambiente e que isto deve ser regularizado. Rodolpho Perissé informou que além das 72 parcelas da dívida com o Fundo, o Executivo também tem que regularizar a porcentagem da diferença dos repasses que foram feitos nos primeiros 12 meses do TAC, conforme determina a alínea "b" da cláusula 2.2 do TAC. Denise Morand pediu a palavra para lembrar que a composição da Comissão Gestora está incompleta, com a ausência do membro do legislativo, o que poderia gerar suspensão das licitações em curso. Thomas Weber pediu a palavra para perguntar ao vereador Raphael Braga, presente a reunião, se seria possível mudar o texto do projeto de redução dos royalties para o Fundo antes da segunda votação. Raphael respondeu que não saberia responder essa questão com segurança e que se deveria consultar a assessoria jurídica da Câmara. Rodolpho Perissé disse que é a sociedade civil que tem que lutar por isso. Denise Morand disse que parece que os vereadores estão sendo coagidos a votar no projeto, pois não entende a mudança na posição de alguns deles que haviam afirmado aos conselheiros que não votariam contra o Fundo. Thomas então disse que não adiantaria judicializar a questão do Fundo e que somente restaria ao CMMA tentar sensibilizar o Prefeito, no que todos concordaram. Augusto Pascoal pediu a palavra para perguntar se os prazos para realização das Audiências Públicas das leis orçamentárias já haviam vencido e Mônica Casarin respondeu que sim. Sem mais inscritos para falar, o Presidente colocou em votação a proposta de fazer a judicialização das Leis Orçamentárias. Votaram a favor os conselheiros Kelly Coutinho, Thomas Weber, Rodolpho Perissé, Denise Morand, Mônica Casarin e Éder Ribeiro. Votaram contra a proposta os conselheiros Evanildo Nascimento e Pablo Tiribeli. A proposta foi aprovada por 06 votos contra 02. O Presidente então abriu a palavra para os **Assuntos Gerais** – Augusto Pascoal pediu a palavra para convidar os presentes para assistir o webinar "OBSs como instrumento de desenvolvimento do Território" organizado pelo NEA-BC, que irá ser exibido às 19 horas deste mesmo dia. Mônica Casarin também pediu a palavra para pedir que conste em ata o seu repúdio ao fato de que o senhor Arildo Mendes que fez publicações em redes sociais favorável à redução dos recursos do FMMA exerça o papel de coordenador da Comissão Gestora do Fundo, o que na sua opinião é mais que uma incoerência.

Nada mais a ser tratado, a reunião deu-se por encerrada às 18:15 hs, da qual foi lavrada presente ata por Mônica Casarin Fernandes Elsen, e que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.


Rodolpho Perissé – Presidente


Mônica Casarin F. Elsen secretária Ad hoc